

CURSOS DE ARRAIS AMADOR E MOTONAUTA



**RUA VENCESLAU BRAZ, Nº 1-81, CENTRO,
PRESIDENTE EPITÁCIO - SP**

Tel.: (18) 3281-4731 / 99759-3179

Site: www.aflumar.com.br

Email: aflumar@hotmail.com

LESTA

Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário



LEI DE SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO (LESTA)

LEI Nº. 9.537, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1997.

Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º A segurança da navegação, nas águas sob jurisdição nacional, rege-se por esta Lei.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, ficam estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

I - Amador - todo aquele com habilitação certificada pela autoridade marítima para operar embarcações de esporte e recreio, em caráter não-profissional;

II - Aquaviário - todo aquele com habilitação certificada pela autoridade marítima para operar embarcações em caráter profissional;

III - Armador - pessoa física ou jurídica que, em seu nome e sob sua responsabilidade, presta a embarcação com fins comerciais, pondo-a ou não a navegar por sua conta;

IV - Comandante (também denominado Mestre, Arrais ou Patrão) - tripulante responsável pela operação e manutenção de embarcação, em condições de segurança, extensivas à carga, aos tripulantes e às demais pessoas a bordo;

V - Embarcação - qualquer construção, inclusive as plataformas flutuantes e, quando rebocadas, as fixas, sujeita a inscrição na autoridade marítima e suscetível de se locomover na água, por meios próprios ou não, transportando pessoas ou cargas;

VI - Inscrição da embarcação - cadastramento na autoridade marítima, com atribuição do nome e do nº de inscrição e expedição do respectivo documento de inscrição;

IX - Lotação - quantidade máxima de pessoas autorizadas a embarcar;

Art. 5º A embarcação estrangeira, submetida à inspeção naval, que apresente irregularidades na documentação ou condições operacionais precárias, **representando ameaça de danos ao meio ambiente, à tripulação, a terceiros ou à segurança do tráfego aquaviário**, pode ser ordenada a:

I - não entrar no porto;

II - não sair do porto;

III - sair das águas jurisdicionais;

IV - arribar em porto nacional.

Art. 6º A autoridade marítima poderá delegar **aos municípios** a fiscalização do tráfego de embarcações que ponham em risco a integridade física de qualquer pessoa **nas áreas adjacentes às praias**, quer sejam marítimas, fluviais ou lacustres.

CAPÍTULO IV

Das Medidas Administrativas

Art. 16º A autoridade marítima pode adotar as seguintes medidas administrativas:

- I - apreensão** do certificado de habilitação;
- II - apreensão, retirada do tráfego ou impedimento da saída de embarcação;**
- III - embargo de construção, reparo ou alteração das características de embarcação;**
- IV - embargo da obra;**
- V - embargo da atividade de mineração e de benfeitorias realizadas.**

Art. 17º A embarcação apreendida deve ser recolhida a local determinado pela autoridade marítima.

§ 1º A autoridade marítima designará responsável pela guarda de embarcação apreendida, o qual poderá ser seu proprietário, armador, ou preposto.

§ 2º A irregularidade determinante da apreensão deve ser sanada no prazo de noventa dias, sob pena de a embarcação ser leiloadada ou incorporada aos bens da União.

Art. 19º Os danos causados aos sinais náuticos sujeitam o causador a repará-los ou indenizar as despesas de quem executar o reparo, independentemente da penalidade prevista.

CAPÍTULO V

Das Penalidades

Art. 25º As infrações são passíveis das seguintes penalidades:

I - multa;

II - suspensão do certificado de habilitação;

III - cancelamento do certificado de habilitação;

IV - demolição de obras e benfeitorias.

Parágrafo único. As penalidades previstas nos incisos I e IV poderão ser cumuladas com qualquer das outras.

Art. 27º A **pena de suspensão** não poderá ser superior **a doze meses.**

Art. 28º Decorridos **dois anos de imposição da pena de cancelamento, o infrator poderá requerer a sua reabilitação**, submetendo-se a todos os requisitos estabelecidos para a certificação de habilitação.

Art. 29º **A demolição, ordenada pela autoridade marítima de obra ou benfeitoria será realizada pelo infrator**, que arcará também com as despesas referentes à recomposição do local, restaurando as condições anteriormente existentes para a navegação.

Art. 30º São circunstâncias **agravantes**:

I - reincidência;

II - emprego de embarcação na prática de ato ilícito;

III - embriaguez ou uso de outra substância entorpecente ou tóxica;

IV - grave ameaça à integridade física de pessoas.

Art. 39º A autoridade marítima **é exercida pelo Comando da Marinha.**

Brasília, 11 de dezembro de 1997, 176º da Independência
e 109º da República.

MUITO OBRIGADO

CONTATOS

E-mail: aflumar@hotmail.com

Site: www.aflumar.com.br

Telefone: (18) 3281-4731

Celular: (18) 99759-3179